

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS  
DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO  
- VIAOESTE S.A.**

entre

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.**  
*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datado de  
26 de agosto de 2014

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO – VIAOESTE S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO – VIAOESTE S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 lado par, sentido capital, Conjunto Norte, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06463-400, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.415.408/0001-50, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Companhia" ou "Emissora"); e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de representante dos titulares das debêntures desta Emissão, conforme abaixo definido ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

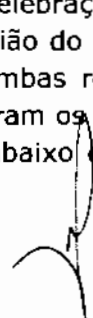
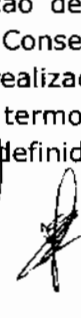

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. AUTORIZAÇÃO DA EMISSORA

1.1.1. A emissão das debêntures, a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e a celebração desta Escritura de Emissão, são realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora e da Assembleia Geral Extraordinária, ambas realizadas em 26 de agosto de 2014 ("RCA" e "AGE", respectivamente), que aprovaram os termos e condições da presente emissão de Debêntures e da Oferta (conforme abaixo definida),

nos termos do artigo 59 e seu parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, ("Debêntures"), em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora ("Emissão" ou "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.1.1. As atas da AGE e da RCA serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no "Diário da Região de Osasco", nos termos dos artigos 62, inciso I, 142, parágrafo 1º e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.2. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

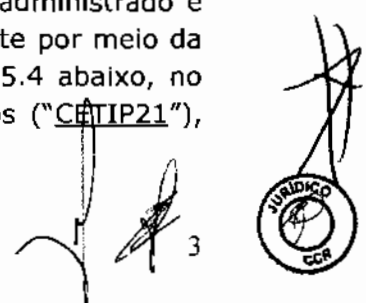
2.3.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.3.2. Nos termos do artigo 1º, §1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em vigor desde 3 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"), a Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA. Não obstante, a Oferta será registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito.

### 2.4. REGISTRO NA CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS ("CETIP")

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.5.2 e 3.5.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"),

3



administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

## 2.5. PORTARIA DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.

2.5.1. A Emissão das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definida) será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431/2011"), e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, sendo que os Projetos de Investimento (conforme abaixo definido) deverão ser classificados como prioritários pelo Ministério dos Transportes ("Portaria Ministério dos Transportes").

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. NÚMERO DA EMISSÃO

A Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da Emissão será de R\$ 440.000.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1.1 abaixo.

### 3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES

3.3.1. A Emissão será composta de 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures, sendo 29.000 (vinte e nove mil) Debêntures relativas à 1ª série ("Debêntures da 1ª Série") e 15.000 (quinze mil) Debêntures relativas à 2ª série ("Debêntures da 2ª Série").

### 3.4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

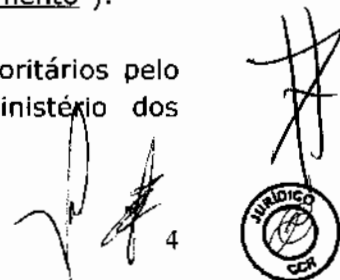
3.4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio emissão das Debêntures da 1ª Série serão destinados para (i) pagamento de principal e juros da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia; (ii) distribuição de dividendos; e (iii) reforço de caixa.

3.4.1.1. A 1ª emissão de Notas Promissórias da Emissora foi realizada em 11 de outubro de 2013, com vencimento previsto para 6 de outubro de 2014 ("1ª Emissão de Notas Promissórias"). Foram emitidas 100 (cem) notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalizando R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos da Instrução CVM nº 134, de 1 de novembro de 1990, da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991 e da Instrução CVM 476.

3.4.2. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da emissão das Debêntures da 2ª Série serão destinados para reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimento da Companhia ("Projetos de Investimento").

3.4.2.1. Os Projetos de Investimento deverão ser considerados como prioritários pelo Ministério dos Transportes, conforme portaria a ser emitida pelo Ministério dos Transportes, para fins do disposto na Lei 12.431/2011.

4



3.4.2.2. A implementação dos Projetos de Investimento já está em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para 2022.

### **3.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

3.5.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.


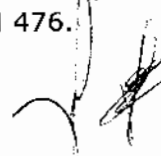

3.5.3. Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.5.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas, previstas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409, que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **3.6. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO**

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.6.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

  
  
5  


3.6.3. Será realizada coleta de intenções de investimento, pelo Coordenador Líder, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a verificação, junto aos Investidores Qualificados, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série e para a definição em conjunto com a Companhia dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme definido na Cláusula 4.2.1.2 abaixo), observadas as disposições constantes no Contrato de Distribuição ("Procedimento de Bookbuilding das Debêntures da 1ª Série").

3.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM nem perante a ANBIMA, observada a previsão da cláusula 2.3.2. acima; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.

3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.6.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

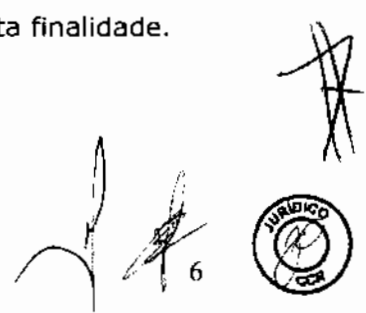
3.6.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura de Emissão.

### **3.7. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO**

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 atuará como escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

### **3.8. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

3.8.1. A Emissora tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco / Raposo Tavares, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados, e tudo o mais que for objeto do contrato de concessão, que foi celebrado entre a Companhia e o Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SP, decorrente do Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do DER/SP, publicado nos termos do Decreto Estadual nº 41.722 de 17 de abril de 1997 ("Contrato de Concessão"), sendo vedada a prática de atos estranhos a esta finalidade.



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the word "JURÍDICO" at the top and "CCR" at the bottom, with a signature in the center. The number "6" is written below the stamp.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.4. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5. **Séries.** A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Séries"), conforme definido na cláusula 3.3.1 acima.

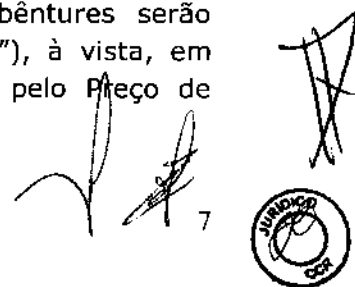
4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 15 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "Datas de Vencimento"). Nas respectivas Datas de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. As Debêntures serão liquidadas pelo Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, devidos e não pagos.

4.1.7. Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.1.8. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelares ou certificados.

4.1.9. **Comprovação de Titularidade das Debêntures.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.9.1. **Forma de Subscrição e Integralização.** As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer tempo ("Data de Integralização"), à vista, em moeda corrente nacional, a partir da data de início de distribuição, pelo Preço de Subscrição (conforme definido abaixo).



DUCE SP

01 00 11

**4.1.9.2. Preço de Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas a vista, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, ("Preço de Subscrição") na respectiva Data de Integralização de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

## **4.2. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES**

**4.2.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série.** A remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada conforme disposto nas cláusulas abaixo:

**4.2.1.1. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª não será atualizado monetariamente.

**4.2.1.2. Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série:** As Debêntures da 1ª Série farão jus a remuneração a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* das Debêntures da 1ª Série, que deverá, em qualquer caso, corresponder à taxa máxima de 107,00% (cento e sete inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Séries"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série (conforme termos abaixo definido), conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série").

**4.2.1.3.** Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do respectivo pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas da CETIP para as Debêntures, disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

"J" corresponde ao valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

8





"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, (conforme abaixo definido), inclusive, até a data do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) (data de cálculo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$$

onde:

"n" corresponde ao número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

"p" corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, a ser definido conforme Procedimento de *Bookbuilding* das Debêntures da 1ª Série, observado o máximo de 107,00 (cento e sete inteiros).

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.2.1.4. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios previstos na Cláusula 4.2.1.3. acima:

(i) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

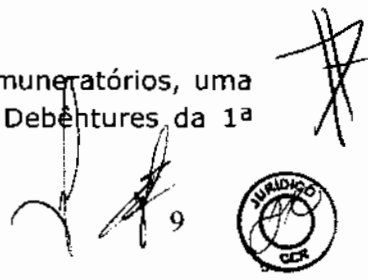
(ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(iv) as Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.1.5. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding* das Debêntures da 1ª

9





Série previsto na cláusula 3.6.3. acima, será ratificada por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivada na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização qualquer assembleia geral de titulares das Debêntures, nos termos da RCA.

4.2.2. Para fins desta Escritura de Emissão, "Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) correspondentes ao Período de Capitalização serão devidos nas datas estabelecidas na Cláusula 4.4.1 abaixo.

4.2.2.1. Se na data de pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias das Debêntures da 1ª Série não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI<sub>k</sub> a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo.

4.2.2.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial ("Evento de Ausência da Taxa DI"), a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado judicial ou legalmente para tanto, conforme o caso. No caso de não haver o substituto judicial ou legal da Taxa DI o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para os Debenturistas da 1ª Série definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.3 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão em relação às Debêntures da 1ª Série, a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, conforme o caso, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.2.2.3. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, qual a alternativa escolhida dentre: (i) resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, pelo seu respectivo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros

  
  
10



Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série com relação às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI<sub>k</sub> o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série; ou (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, de acordo com o estabelecido na Cláusula 10 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 1ª Série em Circulação. Caso a taxa substituta dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta dos Juros Remuneratórios nos termos deste item (ii), aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.2.2.4. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação.

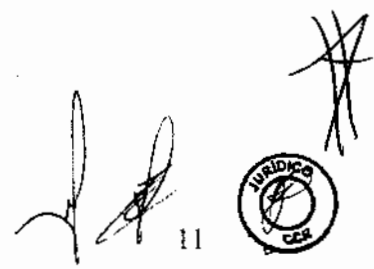
4.2.3. **Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:

4.2.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Integralização, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures da 2ª Série, de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série automaticamente ("Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

11



VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

#### 4.2.3.2. Observações:

(i) os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) o produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

(iii) o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

(iv) a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

(v) considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos;

12



4.2.3.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 2ª Série.

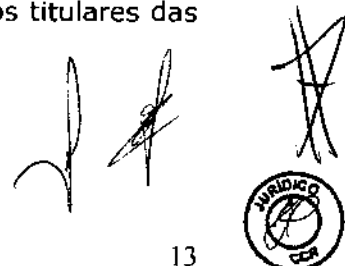
4.2.3.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por 2 meses consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

4.2.3.5. Caso, (i) na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, ou, (ii) após o transcurso do Período de Ausência do IPCA, na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA, será utilizado o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil ("Taxa Substitutiva"). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da 2ª Série, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.

4.2.3.6. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série.

4.2.3.7. **Juros remuneratórios das Debêntures da 2ª Série.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, devidamente atualizado de acordo com a Cláusula 4.2.3.1 acima, incidirão juros prefixados na forma de percentual ao ano, correspondentes à taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, com vencimento em 2018 ("NTN-B18"), que deverá ser apurada conforme média aritmética entre as cotações divulgadas pela ANBIMA para o 3º (terceiro), o 4º (quarto) e 5º (quinto) Dias Úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* das Debêntures da 1ª Série, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso ("Juros Remuneratórios das Debêntures 2ª Série" e, em conjunto com a Atualização da 2ª Série, a "Remuneração das Debêntures da 2ª Série").

4.2.3.8. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures 2ª Série, será ratificado por meio de aditamento desta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de qualquer assembleia geral dos titulares das Debêntures.



4.2.3.9. O cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

taxa = taxa de juros fixa das Debêntures da 2ª Série, a ser apurada de acordo com a Cláusula 4.2.3.7 acima, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

#### 4.3. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 10 (dez) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se o primeiro pagamento em 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de junho de 2015, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da 1ª Série"):

Datas da Amortização das Debêntures da 1ª Série	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
15/06/2015	10,00%
15/09/2015	10,00%
15/12/2015	10,00%
15/03/2016	10,00%
15/06/2016	10,00%
15/09/2016	10,00%
15/12/2016	10,00%

15/03/2017	10,00%
15/06/2017	10,00%
15/09/2017	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.3.2. O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em parcela única na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

#### 4.4. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

4.4.1. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série serão pagos trimestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, ou seja, em 15 de junho de 2015 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série").

4.4.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de março de 2015 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 2ª Série" as quais, em conjunto com as Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da 1ª Série, perfazem as "Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios").




#### 4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

#### 4.6. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS.

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.6.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso nesta Escritura de Emissão, entende-se por "Dia(s) Útil(eis)" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia nesta Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**4.7. ENCARGOS MORATÓRIOS.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

**4.8. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS.** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**4.9. REPACTUAÇÃO.** As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

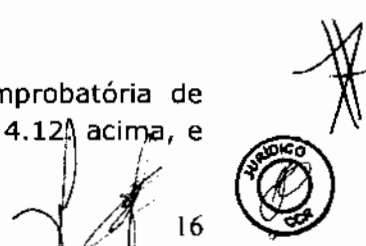
**4.10. PUBLICIDADE.** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ("Avisos aos Debenturistas"), e publicados no DOESP e no "Diário da Região de Osasco", nos termos do Estatuto Social da Emissora e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet ([www.viaoeste.com.br](http://www.viaoeste.com.br)), observados os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

**4.11. LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

**4.12. IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS.** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, além daquelas previstas na Lei 12.431/2011, no caso dos Debenturistas da 2ª Série, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante da Emissão, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Escriturador Mandatário e Banco Liquidante da Emissão, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**4.12.1.** O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da cláusula 4.12) acima, e

16





que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário e Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.12.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na cláusula 4.12. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

**4.13. FUNDO DE AMORTIZAÇÃO.** Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

**4.14. DIREITO DE PREFERÊNCIA.** Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

**4.15. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.** Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Standard & Poor's ("Agência de Classificação de Risco"), a qual poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Emissora pelas agências Moody's e Fitch Ratings, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas.

## CLÁUSULA V ADITAMENTOS A ESTA ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser arquivados na JUCESP, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura, exceto em casos de atrasados não imputáveis à Emissora.

## CLÁUSULA VI OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO, E AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA

### 6.1. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

6.1.1. **Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série.** A Emissora poderá, a qualquer tempo e observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures da 1ª Série, endereçada a todos os Debenturistas da 1ª Série, sendo assegurado a todos os Debenturistas da 1ª Série igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série de sua titularidade, mediante pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer

17



outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série").

6.1.2. Na hipótese de resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série, será adotado o critério de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, §1º da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, o resgate antecipado parcial das Debêntures da 1ª Série deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da 1ª Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas por Debenturistas da 1ª Série, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.




6.1.3. A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série somente poderá ocorrer mediante a comunicação dirigida aos Debenturistas da 1ª Série e ao Agente Fiduciário, ou mediante aviso ao mercado, nos termos da Cláusula 4.10 acima, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série ("Comunicação de Oferta de Resgate das Debêntures da 1ª Série"), a ser realizada pela Emissora, sendo que a data do resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil e todas as Debêntures da 1ª Série resgatadas deverão ser liquidadas na mesma data ("Data de Resgate das Debêntures da 1ª Série").

6.1.4. Na Comunicação de Oferta de Resgate das Debêntures da 1ª Série deverá constar: (i) a data de resgate antecipado; (ii) a forma e prazo de manifestação do Debenturista à Emissora; (iii) se a oferta de resgate é sobre parte ou totalidade das Debêntures da 1ª Série; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

6.1.5. Após a publicação da Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série, os Debenturistas da 1ª Série que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série terão o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, findo o qual a Emissora terá o prazo de 2 (dois) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures da 1ª Série que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série.

6.1.6. O valor da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização das Debêntures da 1ª Série, ou desde a última Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso.

6.1.7. O pagamento das Debêntures da 1ª Série resgatadas antecipadamente será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures da 1ª Série custodiadas na CETIP, e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas da 1ª Série a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures da 1ª Série que não estejam custodiadas na CETIP.

  
  
18 

6.1.8. A CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados da realização do resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.

6.1.9. As Debêntures da 1ª Série resgatadas pela Emissora, conforme previsto nesta Cláusula 6.1, serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.10. Não será devido qualquer prêmio ou remuneração adicional em caso de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 1ª Série.

6.1.11. **Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série.** Desde que permitido pela Lei 12.431/2011 e nos termos a serem regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), a Emissora poderá, a qualquer tempo, após decorridos 2 (dois) anos da Data de Emissão das Debêntures da 2ª Série, ou seja, após 15 de setembro de 2016, realizar oferta de resgate antecipado para as Debêntures da 2ª Série ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série") observados os termos e condições estabelecidos nos itens 6.1.2. a 6.1.10. acima, de modo que, para todos os fins e efeitos de direito, onde se lê "Debêntures da 1ª Série" ou "Debenturistas da 1ª Série", ler-se-á "Debêntures da 2ª Série" e "Debenturistas da 2ª Série", respectivamente.

## 6.2. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA

6.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, adquirir no mercado secundário as Debêntures da 1ª Série em Circulação. Desde que não contrarie a regulamentação expedida pelo CMN e a Lei 12.431/2011, depois de decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados a partir da Data de Emissão, adquirir as Debêntures da 2ª. Série em Circulação.

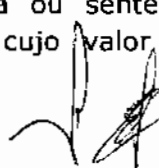
- (i) observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir Debêntures da 1ª Série a qualquer tempo, ou Debêntures da 2ª Série após o prazo descrito no *caput* desta cláusula, conforme definido abaixo, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; e
- (ii) tanto as Debêntures da 1ª Série quanto as Debêntures da 2ª Série adquiridas pela Companhia poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures da mesma série em Circulação.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO



**7.1.** São considerados eventos de inadimplemento, ~~acrescentando-se~~ <sup>de acordo com as cláusulas 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5.</sup> vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas cláusulas 7.2, 7.3, 7.4 e 7.5. abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* conforme previsto na Cláusula 4.2 desta Escritura de Emissão, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, quando aplicáveis, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora;
- (ii) extinção, liquidação, dissolução, pedido de aut falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora;
- (iii) não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas relacionada às Debêntures, previstas nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (v) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que restrinja substancialmente as atividades atualmente praticadas;
- (vi) protestos legítimos de títulos contra a Emissora em valor unitário ou agregado devido e não pago superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se (a) no prazo máximo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de intimação do protesto, a Emissora comprovar que referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi susinado ou cancelado; ou (b) a Emissora prestar garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo poder judiciário;
- (vii) não pagamento na data de vencimento original, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira devida pela Emissora no âmbito de dívida contraída por meio de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se a Emissora comprovar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data do inadimplemento, que referido inadimplemento (a) foi sanado pela Emissora, ou (b) teve seus efeitos suspensos por meio qualquer medida judicial ou arbitral;
- (viii) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora, cujo valor de

 20



condenação, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis da data para pagamento, exceto se tal sentença arbitral ou judicial for extinta, ou tiver sua eficácia suspensa durante tal prazo de 30 (trinta) Dias Úteis e enquanto permanecer a suspensão;

- (ix) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações de pagamento de principal ou juros relativos às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (x) transformação do tipo societário da Emissora nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que venha a resultar na alienação do controle acionário da Emissora a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão das Debêntures, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR. Para fins deste item, entende-se como controle o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações e como alienação o disposto no artigo 254-A, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) redução do capital social da Emissora sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xiii) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência relevante de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (xiv) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Emissora seja superior a 4 (quatro) vezes ("Índice Financeiro"), exceto se a Emissora optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas Debêntures em circulação, emitida por uma Instituição Financeira Autorizada ("Cartas de Fiança"), ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios. As Cartas de Fiança emitidas nos termos desta cláusula deverão vigorar pelo prazo de 1 (um) ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo Agente Fiduciário à Emissora, e revogadas pela Instituição Financeira Autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do Índice Financeiro pela Emissora em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro. Fica certo e ajustado que, enquanto

21



o Agente Fiduciário detiver Cartas de Fiança em pleno vigor, a Emissora poderá livremente distribuir dividendos e/ou pagar juros sobre capital próprio nos termos deste item, sem a necessidade de contratar e apresentar Cartas de Fiança adicionais. A contratação e apresentação de Cartas de Fiança pela Emissora constituem uma faculdade à Emissora para que a mesma efetue distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Emissora esteja superior ao Índice Financeiro. Em nenhuma hipótese o não atendimento do limite correspondente ao Índice Financeiro ou a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento fará com que a Emissora esteja obrigada a contratar e apresentar carta de fiança de qualquer valor; e

(xv) término antecipado do Contrato de Concessão.

7.1.1. Para fins do disposto no inciso (xiv) acima, entende-se por:

Dívida Líquida a somatória dos valores correspondentes a (1) empréstimos bancários de curto prazo; (2) debêntures no curto prazo; (3) empréstimos bancários de longo prazo; (4) debêntures no longo prazo e, ainda, (5) empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas, acionistas ou administradores, menos disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários;

EBITDA Ajustado, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA Ajustado deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses; e

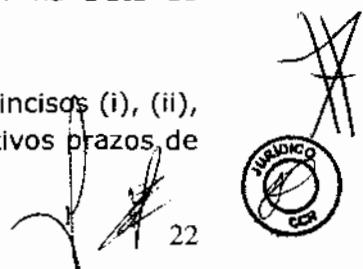
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado a divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado; e

"Instituição Financeira Autorizada" qualquer das seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

7.1.2. O quociente Dívida Líquida/EBITDA Ajustado será acompanhado semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras da Emissora auditadas ou submetidas à revisão especial de auditores independentes, conforme o caso, e publicadas nos prazos legais aplicáveis. Na hipótese da ocorrência de alterações nas normas ou práticas contábeis que impactem a forma e/ou o resultado da apuração da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Emissora, a Emissora deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para que seja definida nova metodologia de apuração desta relação de modo a refletir a metodologia de apuração em vigor na Data de Emissão.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos (i), (ii), (iii), (vii), (ix), (x) e (xv) da Cláusula 7.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de

22



cura, se aplicáveis, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas; aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento.

**7.3.** Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.3.2 abaixo. A Assembleia Geral aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

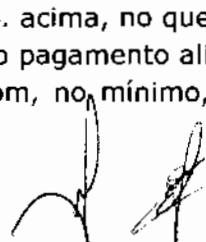
7.3.1. O Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 7.3 acima.

7.3.2. Se, nas Assembleias Gerais referidas na Cláusula 7.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

7.3.3. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.3 e 7.3.1 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série e de Debenturistas da 2ª Série por falta de quorum, após a realização da primeira convocação e da segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.

**7.4.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá comunicar por escrito imediatamente a Emissora, com cópia à CETIP, nos termos da Cláusula 12.1.2. abaixo, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal das Debêntures em Circulação, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou do último pagamento dos respectivos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos respectivos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

**7.5.** No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 7 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 7.4. acima, no que diz respeito às Debêntures custodiadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.




DUCESP



01 09 14

**CLÁUSULA VIII.**  
**OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**8.1.** Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

**8.1.1.** Fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável, bem como memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do Índice Financeiro de modo a possibilitar o acompanhamento do referido Índice Financeiro pelo Agente Fiduciário para os fins previstos nesta Escritura de Emissão, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos auditores independentes da Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários para este fim; (2) declaração assinada por representantes da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social;
- (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, nos prazos ali previstos e, dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;
- (iii) notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;
- (iv) em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;
- (v) no menor prazo possível, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (vi) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer

  
  
24



correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou a esta Escritura de Emissão;

(vii) no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

(viii) informar ou enviar o seu organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, especialmente pelo artigo 17 da Instrução CVM 476, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.



8.1.4. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.

8.1.5. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Emissora, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão e não o faça.

8.1.6. Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

8.1.7. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.8. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

8.1.9. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.10. Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu Estatuto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

8.1.11. Notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

8.1.12. Manter seus bens materiais adequadamente segurados, conforme práticas correntes, ou valer-se de estruturas de autosseguro.

8.1.13. Não praticar quaisquer atos em desacordo com a esta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura de Emissão.

8.1.14. Manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

8.1.15. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

8.1.16. Manter, conservar e preservar todos os seus bens materialmente relevantes (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades.

8.1.17. Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto nos casos em que tais eventuais descumprimentos não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



8.1.18. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e Agência de Classificação de Risco;

8.1.19. Adotar as medidas necessárias para que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Adicionalmente, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

8.1.20. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Moody's ou a Fitch Ratings, conforme previsto na cláusula 4.15 acima, ou (ii) caso a agência de classificação de risco indicada não seja uma das agências indicadas na cláusula 4.15 acima, notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

8.1.21. Até o dia 30 de abril de cada ano, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

8.1.22. Notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatados após a data de celebração desta Escritura de Emissão.

8.1.23. Manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção das suas condições de operação e funcionamento.

8.1.24. Não omitir nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas.

## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. NOMEAÇÃO

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.



DUCE SP

01 00 14

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.1.3. Para os fins da Instrução CVM 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, nas seguintes emissões:

1. Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Companhia, no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas a amortização programada conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
2. Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. ("Rodoanel"), no valor total de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), com a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil debêntures), em 05 de maio de 2011, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente 5 de maio de 2014, 5 de maio de 2015 e, 5 de maio de 2016, sendo que a 1ª série venceu. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR e pela Encalso Construções Ltda. ("Encalso"), no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão, sendo 95% (noventa e cinco por cento) garantido por fiança da CCR e 5% (cinco por cento) garantido por fiança da Encalso. Adicionalmente, as debêntures da 3ª série contarão com fiança de 5% (cinco por cento) do valor total da série, qual seja R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), prestada por Alberto Bagdade e Mário Múcio Eygênio Damha. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
3. Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodoanel, no valor total de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), com a emissão de 56.000 (cinquenta e seis mil debêntures), em 15 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de abril de 2017. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR, no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.



4. Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Renovias Concessionárias S.A. ("Renovias"), no valor total de R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), com a emissão de 9.500 (nove mil e quinhentas) debêntures em 15 de janeiro de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de janeiro de 2018. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
5. Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("SP Vias"), no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a emissão de 40.000 (quarenta mil) debêntures em 05 de julho de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
6. Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da SP Vias, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), com a emissão de 80.000 (oitenta mil) debêntures em 29 de maio de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 29 de maio de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
7. Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em duas séries, da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("Autoban"), no valor total de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), com a emissão de 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures, sendo 965.000 (novecentos e sessenta e cinco mil) debêntures para a 1ª série e 135.000 (cento e trinta e cinco mil) debêntures para a 2ª série, em 15 de outubro de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures da primeira série é 15 de setembro de 2017 e das debêntures da segunda série é 15 de outubro de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
8. Na 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, da Autoban, no valor total de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), com a

*[Assinatura]*



emissão de 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures em 15 de outubro de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de outubro de 2018. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

9. Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, das espécies subordinada e com garantia flutuante, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor total de R\$500.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 500 (quinhentas) debêntures, sendo 300 (trezentas) debêntures para a 1ª série e 200 (duzentas) debêntures para a 2ª série, em 28 de outubro de 2010, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de outubro de 2015. A emissão conta com garantia flutuante, nos termos da respectiva escritura de emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, tendo ocorrido apenas amortizações programadas conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
10. Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor total de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures em 05 de dezembro de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 05 de dezembro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou das debêntures, tendo ocorrido apenas amortizações programadas, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
11. Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária ViaRio S.A., no valor total de R\$340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), com a emissão de 34.000 (trinta e quatro mil) debêntures em 30 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 30 de abril de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
12. Na 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR S.A., no valor total de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), com a emissão de 52.000 (cinquenta e dois mil) debêntures em 25 de abril de 2013, sendo que a data de vencimento é 25 de abril de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve

*[Assinatura]*



qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

13. Na 7ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR S.A., no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com a emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures em 15 de outubro de 2013, sendo 10.000 (dez mil) debêntures para a 1ª série com vencimento em 15 de outubro de 2015 e 10.000 (dez mil) debêntures para a 2ª série com data de vencimento em 15 de outubro de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
14. Na 3ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em série única, não conversíveis em ações, da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., no valor total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com a emissão de 12.000 (doze mil) debêntures, em 11 de novembro de 2013, com vencimento em 11 de novembro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
15. Na 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Concessionária do VLT Carioca S.A., no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures em 30 de janeiro de 2014, sendo que a data de vencimento é 30 de julho de 2015. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela carta de fiança prestada pela Fetranspor, pela cessão fiduciária de todos os direitos e créditos da Fetranspor relativos a conta bancária de titularidade da Fetranspor e da Emissora, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
16. Na 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., no valor total de R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais), com a emissão de 6.700 (seis mil e setecentas) debêntures em 10 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento é 10 de abril de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
17. Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com

*[Handwritten signature]*



esforços restritos de colocação, da Companhia de Participações em Concessões, no valor total de R\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), com a emissão de 56.000 (cinquenta e seis mil) debêntures, sendo 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentas) debêntures da primeira série e 21.500 (vinte e uma mil e quinhentas) debêntures da segunda série, em 3 de fevereiro de 2014, sendo que a data de vencimento é 3 de fevereiro de 2015. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela CCR S.A., no montante de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

18. Na 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia do Metro da Bahia ("MetroBahia"), no valor total de R\$610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais), com a emissão de 61.000 (sessenta e uma mil) debêntures em 10 de março de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 10 de março de 2017. A emissão conta com fiança prestada pela CCR S.A. no montante de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

## 9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) parcelas anuais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (ii) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (iii) as parcelas citadas nas alíneas "i" e "ii" supra serão atualizadas anualmente de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*, se necessário; e
- (iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora

*[Assinatura]*





de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

### 9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, este deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, na forma da Cláusula V desta Escritura de Emissão.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.



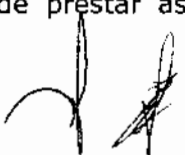

DUCE SP

01 09 14

#### 9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos da lei;
- (xi) comparecer à(s) Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

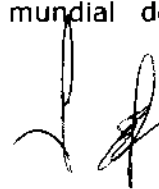
- a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamentos de remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- g. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- h. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i. relação dos bens e valores entregues à sua administração em razão das Debêntures;
- j. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - (j.1) denominação da companhia ofertante;
  - (j.2) valor da emissão;
  - (j.3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (j.4) espécie;
  - (j.5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (j.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;

DUCEAP

01.02.11

(j.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

- (xiii) colocar o relatório de que trata o inciso (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos (a) sede da Emissora, (b) no escritório do Agente Fiduciário; (c) na CVM; (d) na CETIP; (e) na BM&FBOVESPA; e (f) sede do Coordenador Líder, bem como informar a Companhia acerca da intenção de protocolá-lo com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência;
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos a lei, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado no inciso (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xvii) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplimento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CETIP;
- (xviii) enviar à ANBIMA os relatórios de classificação de risco das Debêntures elaborados pela Agência de Classificação de Risco contratada pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento do relatório encaminhado pela Emissora, ficando estabelecido que a Emissora deverá fornecer à Agência de Classificação de Risco respectiva, em tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações financeiras e outras que lhes venham a ser por esta solicitadas, para fins de elaboração dos relatórios de classificação de risco das Debêntures;
- (xix) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar acerca de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora;
- (xx) disponibilizar o preço unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores ([www.pentagonotruster.com.br](http://www.pentagonotruster.com.br));



- (xxi) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxii) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (xxiii) divulgar as informações referidas na alínea (j) do inciso (xii) desta Cláusula 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.pentagonotruster.com.br>) tão logo delas tenha conhecimento.

## 9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso (iv) acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades

por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade, a completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

9.5.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

## 9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, as quais devem, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado, em 15 (quinze) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.3.1. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

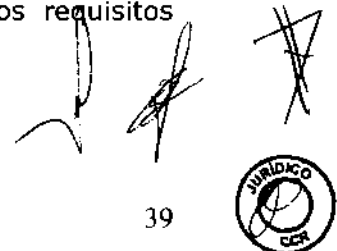
- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (iii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (iv) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



39



- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (xii) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- (xiii) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (xiv) que assegurará tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões descritas na Cláusula 9.1.3 acima.

## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

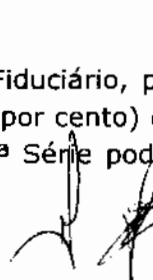

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas" quando tratar-se de assembleias de Debenturistas da 1ª Série e da 2ª Série em conjunto, "Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série" quando tratar-se apenas de assembleias com deliberações de Debenturistas da 1ª Série, e "Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série" quando tratar-se apenas de assembleias com deliberações de Debenturistas da 2ª Série) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Exceto se disposto de forma diversa nesta Escritura de Emissão, as Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas e instaladas contando com a participação de Debenturistas de ambas as Séries, que nelas irão deliberar em conjunto.

### 10.1. CONVOCAÇÃO

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, e/ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série podem

40



ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, e/ou por Debenturistas da 1ª Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, e/ou por Debenturistas da 2ª Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas, das Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série ou das Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no DOESP e no "Diário da Região de Osasco", respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série em primeira convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.1.4.1. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da 1ª Série no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da 1ª Série, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série.

10.1.4.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da 2ª Série no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da 2ª Série, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série.




10.1.5. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas, Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série e Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação de ambas as séries, da 1ª Série ou da 2ª Série, respectivamente, independentemente de publicações e/ou avisos.

## 10.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, (i) com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação; e (ii) em segunda convocação, com qualquer quorum. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série se instalarão, em primeira convocação, (i) com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da 1ª Série, e (ii) em segunda convocação, com qualquer quorum. As Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série se instalarão, em primeira convocação, (i) com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da 2ª Série, e (ii) em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série ou Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 2ª Série, conforme o caso: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 10.3. MESA DIRETORA

A presidência de cada Assembleia Geral caberá a pessoa eleita pela maioria dos titulares das Debêntures da respectiva Série, ou àquele que for designado pela CVM.

## 10.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Série a cada Debênture em Circulação da 1ª Série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série dependerão de aprovação de Debenturistas da 1ª série representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação da 1ª Série. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Série a cada Debênture em Circulação da 2ª

Série caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. ~~Debenturista~~ ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série dependerão de aprovação de Debenturistas da 2ª série representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação da 2ª Série.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
- (ii) as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures da 1ª Série; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas da 1ª Série, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; e/ou (c) à modificação da espécie das Debêntures da 1ª Série para uma espécie com propriedade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste inciso (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação;
- (iii) as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures da 2ª Série; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas da 2ª Série, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; e/ou (c) à modificação da espécie das Debêntures da 2ª Série para uma espécie com propriedade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste inciso (iii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação; e
- (iv) qualquer alteração aos termos da Cláusula 7.1 (incluindo qualquer *quorum* previsto), que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.5. ALTERAÇÕES NOS *QUORA* DE DELIBERAÇÃO

As alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação em qualquer outra subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.6. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.6.1. Será facultada a presença dos representantes (inclusive legais) da Companhia em quaisquer assembleias gerais.

10.6.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as assembleias gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.6.3. Aplicar-se-á às assembleias gerais, não que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

### CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

**11.1.** A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) é uma sociedade anônima de capital aberto, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários tanto;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) esta Escritura de Emissão, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou estatutária, ou qualquer contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) além dos atos praticados, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição das atas da AGE e RCA que deliberaram sobre a Emissão e da Escritura de Emissão na JUCESP e do registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) exceto conforme informado nos seu Formulário de Referência, tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas




autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se refere a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;

- (viii) em seu melhor conhecimento, está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação (a) àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade e/ou (b) àquelas cujos eventuais descumprimentos não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (ix) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos. Desde 31 de dezembro de 2013 não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora;
- (x) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (xi) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP e da NTN-B, divulgada pela ANBIMA, inclusive acerca da forma de cálculo da remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

### 12.1. COMUNICAÇÕES

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

DUCE SP

01 09 14

**PARA A EMISSORA:**

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.**

Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 lado par, sentido capital, Conjunto Norte  
CEP 06463-400 Barueri - SP

At.: Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Diretor Presidente

C/C: Sr. Andre Luis Pontieri Costa Maia - Gerente Administrativo Financeiro

Telefone: (11) 2664-6006

Fac-símile: (11) 2664 6121

E-mail: [diretoria.viaoeste@grupoccr.com.br](mailto:diretoria.viaoeste@grupoccr.com.br)

**PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca  
Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br)

**PARA O BANCO LIQUIDANTE:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 10º andar

CEP 22640-102, São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia G. Vasconcellos

Telefone: (11) 5029 1910

Fac-símile: (11) 5029 1535

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

**PARA O ESCRITURADOR MANDATÁRIO:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia V. Vasconcellos

Telefone: (11) 5029 1910

Fac-símile: (11) 5029 1535

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

**PARA A CETIP:**

**CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001, São Paulo, SP

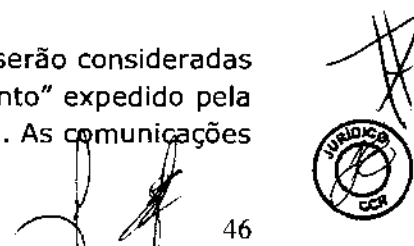
At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "JURIDICO" at the top and "CCR" at the bottom. The signature is written in dark ink.

feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

## 12.2. RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## 12.3. LEI APLICÁVEL

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

## 12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

## 12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES

Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

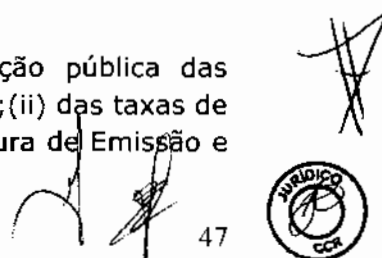
## 12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO

Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## 12.7. DESPESAS

A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao Registro desta Escritura de Emissão e

47



seus aditamentos na JUCESP; (iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora; e (iv) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Agência de Classificação de Risco, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

## 12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

12.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário e da Agência de Classificação de Risco, observados os termos das demais disposições desta Escritura de Emissão.

## 12.9. CÔMPUTO DOS PRAZOS

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## 12.10. FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 26 de agosto de 2014.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

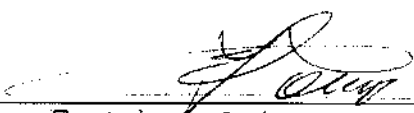





DUCE SP

(Página de assinaturas 1/3 do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.")

**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.**

  
Nome: EDUARDO S.M. CAMARGO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

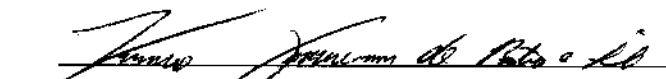
  
Nome: MARCELO B.F. LEVENTINA  
Cargo: ADMIN



DUCE SP

(Página de assinaturas 2/3 do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.")

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: **Pedro Silva**  
Cargo: **Procurador**





JUCESP

(Página de assinaturas 3/3 do "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.")

Testemunhas:

*Ligia M. Capisano*

Nome:

CPF:

**Ligia Maria Capisano**

RG: 8.138.372

CPF: 033.265.749-51

*Maria do Rosário Perez Vias*

Nome:

CPF:

**Maria do Rosário Perez Vias**

RG nº 17.411.259

007 132 998-00

